



Conselho Nacional de
Segurança Alimentar e
Nutricional



Relatório Anual de Gestão 2018

Prestação de contas do exercício



Brasília-DF
Dezembro de 2018

Composição do CONSEA na Gestão 2017-2019

Michel Temer – Presidente da República

Osmar Terra - Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Secretário Geral do Consea (até 10 de abril de 2018)

Alberto Beltrame – Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Secretário Geral do Consea (a partir de 10 de abril de 2018)

Representantes Governamentais

1. Casa Civil da Presidência da República
2. Ministério do Desenvolvimento Social
3. Ministério da Justiça e Segurança Pública
4. Ministério das Relações Exteriores
5. Ministério da Fazenda
6. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
7. Ministério da Educação
8. Ministério da Cultura
9. Ministério do Trabalho
10. Ministério da Saúde
11. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
12. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
13. Ministério do Meio Ambiente
14. Ministério da Integração Nacional
15. Ministério das Cidades
16. Secretaria de Governo da Presidência da República
17. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
18. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
19. Secretaria Especial de Direitos Humanos
20. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

Conselheiras e Conselheiros da Sociedade Civil – Titulares

1. Alcemi Almeida de Barros
2. Alessandra Miranda de Souza
3. Ana Paula Bortoletto Martins
4. Anderson Amaro Silva dos Santos
5. Antonio Adevaldo Dias da Costa
6. Antonio João Mendes
7. Antonio Ricardo Domingos da Costa
8. Bianca Suyama
9. Carlos Alencastro Cavalcanti
10. Carlos Eduardo da Silva Fernandes
11. Carmen Helena Ferreira Foro
12. Christiane Gasparini Araújo Costa
13. Claubert Carvalho Cruz
14. Daniela Sanches Frozi
15. Edgard Aparecido de Moura
16. Eduardo Amaral Borges

17. Ekaterine Valente Karageorgiadis
18. Elido Bonomo
19. Elisabetta Recine – Presidenta do Consea
20. Inês Rugani Ribeiro de Castro
21. Irio Luiz Conti
22. Júnior César Dias
23. Manoel Bueno dos Santos
24. Marcio Milan
25. Marcos Rochinski
26. Maria Auxiliadora Cordeiro da Silva
27. Maria Cristina Silveira Prado Martins
28. Maria Jose Morais Costa
29. Maria Teresa Corção Braga
30. Maria Veronica de Santana
31. Maristela Cizeski
32. Miriam Francisca Silva
33. Naidison de Quintella Baptista
34. Rodrigo dos Santos Nantes
35. Samuel Rodrigues
36. Sandra Marli da Rocha Rodrigues
37. Ubiraci Dantas de Oliveira
38. Valéria Torres Amaral Burity
39. Vanessa Schottz Rodrigues

Conselheiras e Conselheiros da Sociedade Civil – Suplentes

1. Adnamar Mota dos Santos
2. Alberto Ercilio Broch
3. Ana Lúcia Pereira
4. Ana Maria Bartels Rezende
5. Ana Maria Segall Corrêa
6. Ariovaldo Ramos dos Santos
7. Auridenes Alves Matos
8. Chirlei Werkhausen Fischer
9. Daniel Garcia Dias
10. Elisa Camarote
11. Fabio Belik
12. Fatima Aparecida Garcia de Moura
13. Fernanda Souza de Bairros
14. Gustavo Alberto França Fonseca
15. Jaciane Goj Téj Kuitá Fidelis
16. Jairo Arruda de Souza
17. Jenifer Queila de Santana
18. Jessica Franciele de Lima Morais
19. Julian Perez Cassarino
20. Juliana Dias Rovari Cordeiro
21. Kátia Andrade de Haddad
22. Lazaro de Sousa Bento
23. Lino de Macedo
24. Lucas Eduardo Allegretti Prates

25. Luiz de Bittencourte
26. Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes
27. Maria Edna de Melo
28. Maria Lucia Barciotte
29. Maria Lucivanda Rodrigues da Silva
30. Milton José Fornazieri
31. Paulo Henrique Vicente de Oliveira
32. Renata Menasche
33. Rosenilde Gregoria dos Santos Costa
34. Sandra Pereira Braga
35. Sérgio Luiz da Silva
36. Shirley de Fátima Bruzaca Santos
37. Sonia Maria Salviano Matos de Alencar
38. Valquíria Alves Smith Lima
39. Vânia Lúcia Ferreira Leite
40. Walzenir de Oliveira Falcão

Secretaria Executiva do CONSEA (em dez/2018)

Assessores:

1. Marília Mendonça Leão – Secretária-Executiva
2. Beatriz Evaristo – Assessora de Comunicação
3. Edna Gasparina – Assessora Técnica
4. Franciscarlos Diniz - Assessor de Comunicação
5. Ivana Diniz – Assessora de Comunicação
6. Joana Darque - Assessora Administrativa (início em novembro de 2018)
7. Leonardo Costa – Coordenador Administrativo Substituto
8. Luiz Dombek – Assessor Técnico
9. Marcelo Torres - Assessor de Comunicação (até maio de 2018)
10. Michelle Andrade - Coordenadora de Comunicação
11. Mirlane Klimach – Secretária-Executiva - Substituta
12. Patrícia Nobre – Coordenadora Administrativa
13. Roberta Sá – Assessora Técnica
14. Sandra De Carlo – Assessora Técnica
15. Thais Rocha – Assessora Técnica

Estagiários:

1. Amanda Karen – início em outubro de 2018
2. Cleiciane dos Santos – até agosto de 2018
3. Gabriel Soyer – início em agosto de 2018
4. Giovanna Silva – início em outubro de 2018
5. Jennifer Soares - início em abril de 2018
6. Júlia Eleutério – início em outubro de 2018
7. Kátia Souza – até maio de 2018
8. Maianna Santos - Estágio voluntário temporário (de 21/08 a 29/09/2018)
9. Nathan Victor – até abril de 2018
10. Pamella Karinny – até agosto de 2018

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CIAN – Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CGAN – Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição

CGSIS – Coordenação-Geral de Sistemas

CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONSAN/CPLP – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPCE – Comissão de Presidentes dos CONSEAs Estaduais

EM – Exposição de Motivos

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCA – Instituto Nacional de Câncer

LOA – Lei Orçamentária Anual

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PMA – Programa Mundial de Alimentos

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

RBBA – Rede Brasileira de Bancos de Alimentos

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SE – Secretaria Executiva do CONSEA

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Lista de quadros

Quadro 1 - Sessões Plenárias e Reuniões Extraordinárias realizadas em 2018

Quadro 2 - Agenda de participação do CONSEA em reuniões plenárias, mesa diretiva, seminários, comitivas aos estados e outras reuniões em 2018

Lista de tabelas

Tabela 1 – Resumo da execução orçamentária - CONSEA 2018

Sumário

Apresentação	9
Nossos princípios.....	11
Quem somos?.....	10
Base Legal	12
O Plenário	13
A composição do Plenário	13
A Secretaria Geral.....	14
A Mesa Diretiva.....	14
As Comissões Permanentes	14
A Secretaria Executiva.....	15
O Regimento Interno.....	16
Principais Atividades Realizadas em 2018.....	16
Reuniões Plenárias.....	16
Principais Atividades da Assessoria Técnica	22
Principais Atividades da Comunicação Social.....	35
Principais Atividades da Assessoria Administrativa	36
Participação em eventos nacionais e internacionais.....	37
Orçamento 2018.....	46

Apresentação

A realização do Direito Humano à Alimentação Adequada é a razão fundamental para a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Para isto a legitimidade e a efetividade das ações do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) são essenciais.

A participação social ativa e informada é um dos princípios dos direitos humanos e está prevista na Constituição Federal. O trabalho qualificado e voluntário de centenas de conselheiras e conselheiros que atuam nos conselhos nacional, estaduais e no número crescente de conselhos municipais concretizam a democratização e a qualificação de políticas públicas essenciais para a população brasileira, especialmente para os grupos em situação de maior vulnerabilidade econômica e social. Também são princípios dos direitos humanos e da democracia a transparência e prestação de contas. Coerente a isto, este relatório tem o propósito de informar as principais atividades realizadas, bem como o uso dos recursos públicos destinados ao CONSEA, no exercício de 2018.

Em março realizamos o Encontro Nacional 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional + 2 anos (5ª CNSAN + 2) com os objetivos de fazermos o balanço entre as proposições da 5ª Conferência Nacional e os resultados alcançados pelo 2º Plano Nacional de SAN; elaborarmos propostas para a revisão do 2º Plano, analisarmos a conjuntura e discutirmos caminhos e estratégias. Ao Encontro 5ª CNSAN + 2 seguiram-se plenárias temáticas e dedicamos o 2º semestre para aprofundarmos a análise de conjuntura, as prioridades da Política Nacional e a implementação do SISAN. Damos passos importantes na articulação entre o Conselho Nacional e os Estaduais e entre Conselhos Nacionais de outros sistemas de políticas públicas. Encerramos o ano convocando a 6ª CNSAN que ocorrerá em novembro de 2019.

Seja nas suas atividades “cotidianas”, seja em um processo tão especial como a Conferência Nacional e todas as etapas que a antecedem, o CONSEA amplia o seu compromisso e razão de ser que é dar espaço e voz aos titulares de direito e aos movimentos e organizações que os representam para que as políticas públicas brasileiras continuem sendo aprimoradas e alcancemos resultados sustentáveis para garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Elisabetta Recine

Presidenta da Consea

Quem somos?

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um órgão de controle e participação social e de assessoramento imediato à Presidência da República, no campo das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

O CONSEA foi recriado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Foi instituído como instância integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) pela Lei nº 11.346 de 15 setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cujo objetivo é assegurar o direito humano à alimentação adequada a todas as pessoas que vivem em território brasileiro.

É um Conselho de natureza consultiva pertencente à estrutura da Presidência da República composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais. A presidência é exercida por um (uma) representante da sociedade civil, indicado (a) entre os seus membros e designado (a) pela Presidência da República.

O CONSEA assessora e faz recomendações de ações programáticas ao (à) Presidente da República, aos (às) Ministros (as) de Estado, aos Poderes Legislativo e Judiciário e aos (às) gestores (as) das políticas públicas com vistas à realização progressiva do direito humano à alimentação adequada para toda a sociedade brasileira. As recomendações e propostas são feitas a partir do diálogo social com os representantes da sociedade civil e do governo. Não é um órgão executor de políticas públicas, mas monitora todas as políticas públicas e indicadores considerados essenciais para a realização do direito humano à alimentação adequada e garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

O CONSEA, mesmo sendo conselho do Poder Executivo, vem construindo um espaço público de manifestação e diálogo com os poderes Legislativo e o Judiciário e também com as unidades da Federação, por meio dos CONSEAs Estaduais. A partir da criação da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, o CONSEA articula-se com o Congresso Nacional, além de buscar diálogo

com o Sistema de Justiça, no caso o Supremo Tribunal Federal, sobre questões que dizem respeito ao direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar, terra e território, povos indígenas e comunidades tradicionais, saúde e nutrição da população, dentre outros temas correlatos.

O CONSEA cumpre uma intensiva agenda de participação em debates e monitoramento das políticas públicas, realiza conferências nacionais e seminários diversos e possui uma relevante agenda internacional em articulação com organizações estrangeiras da sociedade civil e participação em eventos e organismos internacionais multilaterais.

Nossos princípios

Acima de tudo, o CONSEA tem compromisso com a democracia, a justiça social e a soberania e segurança alimentar e nutricional. Apoiar a luta social por um país sem fome e todas as formas de má nutrição e pela realização progressiva - sem retrocessos - do direito humano à alimentação adequada. Acolhe e respeita todas as identidades coletivas e a diversidade sociocultural que formam a sociedade pluriétnica brasileira.

O CONSEA é um dos guardiões dos princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, abaixo mencionados:

- **Universalidade e equidade** no acesso à alimentação adequada e saudável, sem qualquer espécie de discriminação;
- Preservação da autonomia e **respeito à dignidade** das pessoas;
- **Participação social** na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional, em todas as esferas de governo;
- **Transparência** dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para a sua concessão.

A equipe de trabalho da Secretaria Executiva do CONSEA tem pactuado, internamente, os seguintes princípios:

- **Responsabilidade** em todos os compromissos assumidos, na extensão e no prazo esperado pelas conselheiras e conselheiros da sociedade civil e pelos representantes do governo que compõem o seu pleno;
- **Transparência** ao dar ampla divulgação e acesso irrestrito sobre suas informações ao público em geral;
- **Excelência** ao buscar realizar todas as atividades com a maior qualidade possível;
- **Eficiência e zelo** na correta aplicação dos recursos públicos;
- **Foco no planejamento:** planejar para alcançar os objetivos e resultados esperados;
- **Ética:** respeitar as leis e os códigos de conduta pública nas relações e ações;
- **Coerência:** trabalhar em harmonia e respeito à missão e princípios do CONSEA;
- **Respeito, cortesia e solidariedade** para com todas as conselheiras e conselheiros da sociedade civil e do governo, bem como entre os servidores e servidoras, consultores e consultoras, e prestadores e prestadoras de serviços que atuam e/ou se relacionam com o CONSEA.

Base Legal

- Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010.
- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003: cria o CONSEA.
- Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006: cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.
- Decreto 6.272, de 23 de novembro de 2007: regulamenta o CONSEA
- Decreto 7.272 de 25 de agosto de 2010: institui Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Resolução nº 001, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 1º de setembro de 2014: publica o Regimento Interno do CONSEA.

O Plenário

Os temas tratados em cada reunião plenária são debatidos previamente pelas instâncias do conselho (mesa diretiva, comissões permanentes e grupos de trabalho temporários) que elaboram propostas a serem submetidas à apreciação do Plenário. O CONSEA busca adotar decisões consensuais, mas, caso seja necessário, as questões podem ser decididas por votação pelas conselheiras e conselheiros. Após aprovação em Plenário, as propostas são encaminhadas à Presidência da República, à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) ou aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário por meio dos seguintes instrumentos de comunicação:

- **Exposições de Motivos:** são documentos analíticos que discorrem sobre temas abrangentes e apresentam proposições que se destinam à apreciação da Presidência da República.
- **Recomendações:** são documentos sucintos com considerações e proposições específicas que se destinam ao dirigente máximo de um determinado órgão público.
- **Resoluções:** tratam de assuntos internos ao CONSEA (ex.: criação de Grupos de Trabalho, criação de comissão de transição etc.).

A composição do Plenário

O CONSEA é composto por um terço de representantes governamentais, os quais fazem parte da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e por dois terços de representantes da sociedade civil, escolhidos a partir de critérios definidos nas Conferências Nacionais e designados (as) por Decreto Presidencial, para mandato de dois anos, permitida a recondução. Atualmente (2018), o número total do quórum do Plenário é de 60 conselheiras (os), sendo 40 (2/3) representantes da sociedade civil e 20 (1/3) representantes do governo federal. Por Lei, o (a) Presidente do conselho é da sociedade civil, escolhido (a) pelo Plenário. O Consea possui observadores externos convidados, mas que não tem direito ao voto. Por tradição, o direito à voz é franqueado, democraticamente, a todos os presentes no plenário.

A Secretaria Geral

A Secretaria Geral do CONSEA é exercida pelo Ministro de Estado do Ministério Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), que também preside a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Compete à Secretaria Geral, dentre outras atribuições, acompanhar a análise e o encaminhamento das propostas e recomendações aprovadas pelo CONSEA para a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).

A Mesa Diretiva

A Mesa Diretiva é a instância colegiada que tem o papel de contribuir com a Presidência do CONSEA na construção da agenda do Conselho, na organização das reuniões plenárias, dentre outras atribuições. É composta pela(o) presidenta(e) do Conselho, coordenadoras(es) das Comissões Permanentes, coordenadora(o) da Comissão de Presidentes dos CONSEAs Estaduais (CPCE), representante do(a) Secretário(a) Geral do CONSEA, além da Secretaria Executiva do CONSEA e da CAISAN. Reúne-se previamente às reuniões plenárias e coordena a pauta temática do conselho.

As Comissões Permanentes

As Comissões Permanentes formam uma instância do Conselho responsável por fazer os debates temáticos, encaminhar as discussões e elaborar propostas para consideração da Plenária. Sob a coordenação de uma conselheira ou conselheiro, é composta por conselheiras (os), observadoras (es) e convidadas (os), e são organizadas por temas e/ou grupos populacionais específicos. No mandato atual (2017-2019) somam um total de 6 comissões:

- Comissão Permanente 1 (CP1) – Sisan e macrodesafios nacionais e internacionais
- Comissão Permanente 2 (CP2) – Ambientes alimentares e nutrição
- Comissão Permanente 3 (CP3) – Produção, abastecimento e alimentação adequada e saudável

- Comissão Permanente 4 (CP4) – Direito humano à alimentação adequada
- Comissão Permanente 5 (CP5) – Segurança alimentar e nutricional da população negra e de povos e comunidades tradicionais
- Comissão Permanente 6 (CP6) – Segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas

O diálogo e debates sobre as questões relacionadas às unidades federadas são feitos pela Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE).

A Secretaria Executiva

O CONSEA possui uma Secretaria Executiva (SE) responsável por todas as atividades administrativas e de assessoramento técnico do conselho. Atualmente, a Secretaria Executiva (janeiro/2019) é composta por 14 servidores, organizados em 3 equipes: Assessoria Técnica, Assessoria Administrativa e Assessoria de Comunicação. O CONSEA não possui estrutura organizacional e de cargos própria, embora seja um órgão de assessoria imediata ao Presidente da República. Os cargos e servidoras (es), em maioria, são cedidos de outros órgãos. A demanda pela formalização de uma estrutura própria contando com os seus respectivos cargos é antiga e muito necessária para o fortalecimento institucional do conselho.

A Secretaria Executiva é responsável por todas as atividades do conselho incluindo a produção de documentos, as publicações, a gestão dos meios de comunicação (informes, mala direta, *site* institucional, mídias sociais, etc.). Uma de suas principais atribuições é a organização das reuniões plenárias e o apoio na elaboração de subsídios técnicos para a tomada de decisões pelo Plenário, que ocorrem em média 6 vezes ao ano. Todos os encontros nacionais, as oficinas de trabalho e/ou formação e as conferências nacionais são organizadas pela Secretaria Executiva.

O Regimento Interno

O CONSEA possui um regimento interno que define as regras para o seu funcionamento. Neste documento, estão descritas as finalidades, a organização e o funcionamento de todas as instâncias do conselho. O Regimento Interno foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) por meio da Resolução/Consea nº 001, em 1º de setembro de 2014.

Principais Atividades Realizadas em 2018

Reuniões Plenárias

As reuniões plenárias ordinárias são realizadas, em geral, a cada bimestre. São previstas 6 reuniões ao ano. No ano de 2018, foram realizadas 05 (cinco) reuniões plenárias ordinárias e 1 Encontro Nacional (5ª CNSAN+ 2 anos). Todas as reuniões plenárias são antecedidas por reuniões de Comissões Permanentes (CPs) e da sociedade civil. Os seus integrantes têm participado de inúmeros encontros e seminários em todo o país. As pautas das reuniões plenárias no 2º semestre foram dedicadas à análise de conjuntura e levantamento das prioridades para a Política Nacional e na implementação do SISAN. Ao total, no ano de 2018, foram debatidas e aprovadas em Plenárias 03 (três) Exposições de Motivos (EM) encaminhadas à Presidência da República e 24 (vinte e quatro) Recomendações encaminhadas a órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O quadro abaixo descreve as reuniões plenárias realizadas em 2018 e suas respectivas decisões.

Quadro 1 - Sessões Plenárias Ordinárias realizadas em 2018					
Data	Local	Nome	Tema/Pauta	Nº part.	Principais Deliberações (*)
10 e 11/04	Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto-Brasília/DF	6ª Reunião Plenária Gestão 2017-2019	- Agenda Regulatória na Garantia de Direitos e da Segurança Alimentar e Nutricional	157	- Exposição de Motivos (EM) nº 001-2018/CONSEA – Agenda regulatória na garantia de direitos e da segurança alimentar e nutricional

			<ul style="list-style-type: none"> - Informe sobre a Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, que criou o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana - Informe sobre o Programa Bolsa Família 		<ul style="list-style-type: none"> - Recomendação nº 01/2018 à Câmara dos Deputados sobre a rejeição do PL 9604/2018 bem como do PL 5065/2016 que visam tirar a salvaguarda de não aplicação da Lei Antiterrorismo aos movimentos sociais - Recomendação nº 03/2018 ao STF sobre reintegração de posse das áreas de retomada e Terras Indígenas - Recomendação nº 04/2018 à Câmara dos Deputados sobre rejeição integral dos Projetos de Lei nº 5522/2016 e nº 6770/2016 sobre rotulagem de alimentos industrializados - Recomendação nº 05/2018 ao Senado sobre rejeição integral do PLS 489/2008 que determina que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores - Recomendação nº 06/2018 à SESAI sobre acesso dos povos indígenas Guarani e Kaiowá à água potável - Recomendação nº 07/2018 ao Ministério da Educação sobre regulamentação da comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados em escolas públicas e privadas
19 e 20/06	Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto-Brasília/DF	7ª Reunião Plenária Gestão 2017-2019	<p>- Regulação Sanitária para Inclusão Produtiva na Perspectiva da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do relatório final da 5ª+2 - Agenda de discussão do SISAN 	140	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da Exposição de Motivos (EM) nº 002-2018/CONSEA – enviada <i>ad referendum</i> pela Mesa Diretiva sobre as Medidas Provisórias 836, 838 e 839 que dispõe sobre o impacto a subvenção ao óleo diesel nas políticas de segurança alimentar e nutricional. - Exposição de Motivos (EM) nº 003-2018/CONSEA – Regulação sanitária para inclusão produtiva na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional

			<p>- Revisão do 2º Plansan - Processo e Resultados</p>	<p>- Recomendação nº 08/2018 ao Senado sobre a rejeição dos Projetos de Decreto Legislativo do Senado nº 57 de 2018 e nº 59 de 2018 que sustam o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.</p> <p>- Recomendação nº 09/2018 à Câmara dos Deputados sobre a rejeição dos Projetos de Decreto Legislativo nº 966 de 2018 e nº 969 de 2018 que sustam o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.</p> <p>- Recomendação nº 10/2018 à Caisan sobre ações humanitárias e provimento de alimentos e refeições aos imigrantes venezuelanos, observando os princípios e as dimensões do DHAA</p> <p>- Recomendação nº 11/2018 à Casa Civil sobre encaminhamento para assinatura dos 21 Decretos Presidenciais de Desapropriação por Interesse Social de territórios quilombolas</p> <p>- Recomendação nº 12/2018 ao Incra sobre julgamento de processos sobre acesso aos territórios quilombolas</p> <p>- Recomendação nº 13/2018 ao MRE sobre a adoção da Declaração de Direitos para Camponeses e Camponesas e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, a qual está em discussão no Conselho de Direitos Humanos da ONU</p> <p>- Composição da coordenação da CPCE para período julho 2018 – julho 2019: Jean</p>
--	--	--	--	--

					do Consea RN; Elido Bonomo – MG e Maria Eunice – AL
07 e 08/08	Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF	8ª Reunião Plenária Gestão 2017-2019	<p>- Pobreza e Desigualdades no Brasil: repercussões nos Direitos Humanos e na Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>- A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional e o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil</p> <p>- Direitos Humanos, Segurança Alimentar e Nutricional e proteção social no Brasil de hoje</p> <p>- Conjuntura das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, assistência social e saúde: o papel da participação e do controle social</p>	174	<p>- Aprovação das Atas da 6ª e 7ª Reuniões Plenárias Ordinárias</p> <p>- Recomendação nº 15/2018 à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre cronograma de elaboração e implementação da Estratégia de Cooperação em Segurança Alimentar e Nutricional do Governo Brasileiro com a participação da sociedade civil</p> <p>- Recomendação nº 16/2018 à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) sobre priorização dos empreendimentos coletivos de povos e comunidades tradicionais</p> <p>- Recomendação nº 17/2018 à Anvisa sobre programas de monitoramento de alimento, em especial os direcionados à avaliação da resistência antimicrobiana, dos resíduos de medicamentos veterinários e contaminantes de alimentos</p> <p>- Recomendação nº 18/2018 ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre a criação de uma câmara temática, vinculada ao Gabinete do Ministro, para tratar de temas e questões relativos às pequenas agroindústrias, com ampla participação social, inclusive deste Consea</p> <p>- Recomendação nº 19/2018 ao Incra sobre edição da Portaria, prevista no art.17 da Instrução Normativa Incra nº 57/2009, reconhecendo e declarando como Território Quilombola Mesquita a área de 4.292,8259 hectares, conforme Relatório Técnico de Identificação e Delimitação</p>

					<p>(RTID) publicado pelo Inbra em 2011</p> <p>- Recomendação nº 20/2018 ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre não deliberação acerca de anulação ou revogação de relatórios técnicos inerentes ao processo de demarcação do território quilombola de Mesquita, sem antes realizar a consulta livre, prévia e informada à Comunidade Quilombola de Mesquita</p> <p>- Recomendação nº 21/2018 ao Poder Judiciário sobre a revelia da consulta livre, prévia e informada da Comunidade Quilombola de Mesquita</p>
25 e 26/09	Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF	9ª Reunião Plenária Gestão 2017-2019	- Prioridades para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)	125	<p>- Aprovação da Ata da 8ª Reunião Plenária Ordinária</p> <p>- Recomendação nº 22/2018 à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para que fortaleça a organização de seus projetos com povos indígenas e povos e comunidades tradicionais no contexto da efetivação do Portfólio Construção e Intercâmbio de Conhecimentos para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (ConPCTs)</p> <p>- Recomendação nº 23/2018 ao Comitê Federal de Assistência Emergencial (endereço ao Ministro da Casa Civil) sobre acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária (venezuelanos)</p> <p>- Recomendação nº 24/2018 à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), no âmbito do Comitê Técnico de Povos e Comunidades Tradicionais, sobre a promoção em caráter de urgência, da articulação intersetorial a fim de analisar e propor medidas de</p>

					<p>curto, médio e longo prazo para superar a situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional do Povo Indígena Kanamari</p> <p>- Documento final: Carta à Equipe de Transição do próximo governo sobre prioridades da Política de SAN</p>
27 e 28/11	Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF	10ª Reunião Plenária Gestão 2017-2019	- Temas estratégicos para o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)	114	<p>- Aprovação da Ata da 9ª Reunião Plenária Ordinária</p> <p>- Aprovação da convocação <i>ad referendum</i> pela Mesa Diretiva da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (6ª CNSAN)</p> <p>- Aprovação da Comissão Organizadora da 6ª CNSAN</p> <p>- Aprovação da Resolução nº 01 de 28 de novembro de 2018, que institui a Comissão de Transição responsável por elaborar proposta de representação da sociedade civil que comporá o Consea no mandato 2019-2021, a ser submetida à Presidência da República, observados os critérios de representação aprovados na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada entre os dias 3 a 6 de novembro de 2015</p> <p>- Criação de Grupo de Trabalho (GT) para discutir e elaborar subsídios sobre o tema "Relação Público - Privado no Sisan" para a 6ª CNSAN.</p> <p>- Produto da Plenária: Documento sobre Sisan - temas estratégicos</p> <p>- Carta conjunta dos Conselhos Nacionais de políticas públicas para a Equipe de Transição do próximo governo.</p>

(*) Exposições de Motivos e Recomendações estão disponíveis no site do Consea (<http://www4.planalto.gov.br/consea>)

Principais atividades da equipe de Assessoria Técnica:

- Elaboração do planejamento estratégico da Secretaria Executiva do Consea para 2018;
- Organização da oficina de facilitadores para o Encontro 5^a+2;
- Organização dos documentos preparatórios para o Encontro 5^a+2;
- Articulação de mesa temática para participação no FAMA 2018;
- Articulação para participação no Fórum Social Mundial;
- Participação no 25^o Conbran;
- Participação nas reuniões do Pleno da Caisan;
- Participação nas reuniões do CT – Obesidade da Caisan;
- Participação nas reuniões do CT – PCT da Caisan;
- Participação na Audiência Pública para debater os Impactos dos Agrotóxicos nas Cidades;
- Participação na audiência do Censo Agropecuário de 2017
- Articulação de Audiência de com a SEAD;
- Articulação de Audiência com a Casa Civil da Presidência da República;
- Participação na Oficina sobre Mapeamento de Desertos Alimentares no Brasil;
- Participação na reunião do Comitê de ATER;
- Participação nos Encontros Regionais das Caisans;
- Participação no Congresso da ABRASCO;
- Participação no Encontro do ENA;
- Participação na reunião de discussão sobre Metodologias de Preços dos Programas de Compras Públicas;
- Acompanhamento na tramitação de projetos de Lei na Câmara e no Senado Federal dos projetos de interesses de SAN;
- Participação na reunião Condraf;
- Participação na Oficina “Projeto de Abordagem para a prevenção e gestão de conflitos de interesse em nutrição”;
- Participação na reunião do Comitê Gestor da Rede Brasileira de Banco de Alimentos;
- Participação na Audiência Pública sobre “o marco conceitual dos Povos Tradicionais de Matriz Africana”;
- Participação na Oficina: futuro da política de segurança alimentar no Brasil - IPEA;
- Participação na Reunião Técnica sobre o uso de Agroquímicos;
- Participação na “III Conferência Internacional Agricultura e Alimentação em Sociedades Urbanizadas”;
- Participação na 5^a Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto Biodiversidade para Alimentação e Nutrição;
- Participação na Comemoração do “Dia Mundial da Alimentação”;
- Elaboração do documento sobre conjuntura Política;
- Organização de reunião conjunta dos Conselhos de Políticas Públicas;
- Participação no encontro do 8^o FBSSAN;
 - Participação na 1^a Oficina da Escola de Verão do mecanismo das Universidades Consan – CPLP;
 - Participação no Seminário em Tecnologia de Inspeção da Segurança Alimentar dos Países Lusófonos de 2018;

- Participação sobre a experiência brasileira para fortalecer a construção participativa da norma interna da Instância de Consulta e Participação Social (Incopas) da Guatemala;
- Participação na Oficina de Mensuração e Monitoramento da Cooperação Sul-Sul do Brasil;
- Visita da delegação de Serra Leoa e Senegal ao Brasil;
- Participação na 45ª Sessão do Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA) – Itália.

Principais atividades das Comissões Temáticas Permanentes e Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais

Comissão Permanente 1 – Sisan e macrodesafios nacionais e internacionais

A CP 1 aborda os temas estruturais para a implementação do Sisan, tais como financiamento, relação federativa, critérios de adesão, conflitos de interesse, entre outros. Trabalha de forma coordenada com a CPCE.

Esta CP também é responsável pelo acompanhamento de macrodesafios nacionais e internacionais como pobreza, grandes reformas, mudanças climáticas, volatilidade dos preços dos alimentos, monitoramento da formação de preços de alimentos saudáveis e outras questões relacionadas ao sistema alimentar, crises humanitárias, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cooperação internacional, governança global de SAN, Códex Alimentarius. Também acompanha a incidência de Acordos e Tratados Internacionais na definição/reformulação de marcos legais nacionais, em diálogo com a CP 3 e CP 4.

Em termos de monitoramento do 2º Plansan, esta CP é responsável principalmente pelos Desafios:

- 8 – Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social;
- 9 – Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.

Data	Principais atividades
27/02/2018	Diálogo Nacional Preparatório à 35ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe
26/03/2018	Reunião sobre Cooperação Técnica Brasil-EUA em Segurança Alimentar e Nutricional em que se discutiu o combate à lagarta do cartucho na África
17/04/2018	2ª reunião de 2018 do Comitê Técnico de Prevenção e Controle da Obesidade com o pesquisador Boyd Swinburn para tratar da Rede Informas: pesquisa, monitoramento e apoio a ações sobre alimentos e obesidade – experiência da Rede, resultados e incidência nas políticas públicas.
08/06/2018	18º Encontro das Caisans Estaduais.

20/06/2018	Recomendação ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) para que se manifeste favorável à adoção da Declaração de Direitos para Camponeses e Camponesas e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, a qual está em discussão no Conselho de Direitos Humanos da ONU.
10/08/2018	Recomendação à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) que apresente um cronograma de elaboração e implementação da Estratégia de Cooperação em Segurança Alimentar e Nutricional do Governo Brasileiro com a participação da sociedade civil.
20/09/2018	Reunião de coordenação com as instituições convidadas a integrar a delegação brasileira à 45ª sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial - CSA-45 (Roma, 15-19/10/2018).
23/04/2018	Oficina de Metodologia de Monitoramento e Mensuração dos Fluxos da Cooperação Sul-Sul do Brasil.
27/08/2018	Recebimento de Missão de Serra Leoa e Senegal promovida pelo Centro de Excelência contra a Fome.
29/11/2018	19º Encontro das Caisans Estaduais.

Comissão Permanente 2 – Ambientes alimentares e nutrição

A CP 2 aborda os temas “promoção da alimentação adequada e saudável e Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em diferentes oportunidades e para diferentes públicos”, “medidas regulatórias”, “políticas públicas voltadas para a melhoria do estado nutricional da população brasileira” e “organização da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS)”. Para nortear suas ações, a CP adota o conceito de “ambiente alimentar”, entendendo-o como mediador entre os sistemas alimentares e as práticas alimentares cotidianas. Entende-se como ambiente alimentar o conjunto dos meios físico, econômico, político e sociocultural, oportunidades e condições que influenciam as escolhas alimentares e o estado nutricional das pessoas.

Em relação às medidas regulatórias, esta CP enfocará prioritariamente aquelas que:

- I. Coibam a publicidade de alimentos ultraprocessados e aquelas dirigidas ao público infantil;
- II. Desencorajem a aquisição e consumo de alimentos ultraprocessados (ex.: tributação de bebidas adoçadas, revisão da rotulagem nutricional);
- III. Favoreçam a oferta e a aquisição de alimentos *in natura* e minimamente processados em diferentes ambientes organizacionais e comunitários, tendo, portanto, interface direta com a CP3;
- IV. Favoreçam a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, camponesa, e/ou de pequena escala na perspectiva da preservação da cultura alimentar e da promoção da alimentação adequada e saudável;
- V. Protejam a amamentação;
- VI. Reduzam os riscos referentes ao consumo e à exposição ao uso de agrotóxicos e de outros contaminantes.

Em termos de monitoramento do 2º Plansan, esta CP é responsável principalmente pelos Desafios:

5 – Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e medidas regulatórias;
6 – Controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação.

Data	Principais atividades
Atividade contínua	Participação nas reuniões do Comitê Técnico de Prevenção e Controle da Obesidade, organizadas pela Caisan/MDS.
11/04/2018	<p>Elaboração e aprovação da Recomendação nº 04/2018, encaminhada à Câmara dos Deputados, recomendando a rejeição integral dos Projetos de Lei nº 5522/2016 e nº 6770/2016 que dispõem sobre a rotulagem de alimentos industrializados.</p> <p>Elaboração e aprovação da Recomendação nº 05/2018 ao Senado sobre rejeição integral do PLS 489/2008 que determina que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores.</p> <p>Elaboração e aprovação da Recomendação nº 07/2018 ao Ministério da Educação sobre regulamentação da comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de bebidas e alimentos ultraprocessados em escolas públicas e privadas.</p>
03 e 04/05/2018	Participação no I Encontro sobre as Redes de Ação sobre Guias Alimentares e sobre Redução de Sódio, no âmbito da Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição.
28/05/2018	Participação na 2ª Oficina sobre Mapeamento de Desertos Alimentares no Brasil.
11/06/2018	Participação na Reunião Técnica Internacional de Avaliação Econômica em Saúde com foco na Obesidade.
20/06/2018	<p>Organização e realização, em conjunto com a CP3, da 7ª Plenária do Consea, que teve como tema “Regulação Sanitária para a Inclusão Produtiva na Perspectiva da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”.</p> <p>Elaboração e aprovação, em conjunto com a CP3, da Exposição de Motivos 03/2018, que encaminha ao Presidente da República recomendações relativas ao tema “Regulação sanitária para inclusão produtiva na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional”, com os objetivos de identificar quais os principais entraves e bloqueios sanitários que têm impedido e/ou dificultado o acesso dos produtos da agricultura familiar, camponesa, de base artesanal e da sociobiodiversidade aos mercados e incidir sobre a agenda governamental para que sejam adotadas normas sanitárias mais justas, inclusivas e adequadas às dinâmicas de produção, circulação e consumo de alimentos resultados de uma enorme diversidade de saberes e fazeres tradicionais que expressam a riqueza cultural brasileira.</p> <p>Elaboração e aprovação da Recomendação nº 08/2018 ao Senado sobre a rejeição dos Projetos de Decreto Legislativo do Senado nº 57 de 2018 e nº 59 de 2018 que sustentam o Decreto nº</p>

	<p>9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.</p> <p>Elaboração e aprovação da Recomendação nº 09/2018 à Câmara dos Deputados sobre a rejeição dos Projetos de Decreto Legislativo nº 966 de 2018 e nº 969 de 2018 que sustam o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto no 8.950, de 29 de dezembro de 2016.</p>
07/08/2018	<p>Elaboração e aprovação, juntamente com a CP3, da Recomendação nº 17/2018, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, para que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - os programas de monitoramento de alimentos, em especial os direcionados à avaliação da resistência aos antimicrobianos, dos resíduos de medicamentos veterinários e de contaminantes sejam fortalecidos, com priorização de recursos para seu desenvolvimento, e - os dados resultantes destes programas, disponíveis no Sistema de Informação <i>Harpya/SGAWeb</i>, possam ser consultados pela sociedade civil.
09 e 10/08/2018	Participação na I Reunião do Comitê Gestor e da “Oficina de Trabalho sobre Causas e Quantificação de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil”.
25/08/2018	Contribuições na Consulta Pública do novo Guia Alimentar para Menores de Dois Anos.
25/09/2018	Ofício à Anvisa apresentando o posicionamento do Consea sobre o processo de revisão das normas de rotulagem nutricional.
17/10/2018	Participação no evento “Judicialização das políticas públicas de alimentação e nutrição e a violação do DHANA”.
28/11/2018	Criação de Grupo de Trabalho (GT) para discutir e elaborar subsídios sobre o tema “relação público - privado no Sisan” para a 6ª CNSAN.
11/12/2018	Participação na Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família.

Comissão Permanente 3 – Produção, abastecimento e alimentação adequada e saudável

Os temas tratados nesta CP 3 estão relacionados à produção e ao abastecimento alimentar; à água para produção de alimentos e consumo humano; à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater; à Política de Abastecimento (compras públicas da agricultura familiar e camponesa, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, bancos de alimentos, armazenamentos, entre outros); a sistemas de produção saudável (tributação para agrotóxicos, Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), transgênicos, sementes, circuitos curtos de

consumo consciente, feiras agroecológicas, sistemas de comercialização e consumos solidários, entre outros) e à transição agroecológica em diálogo com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo); ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa; à política ambiental (biodiversidade, biomas, unidades de conservação, código florestal, gestão de resíduos, Cadastro Ambiental Rural (CAR), entre outros); à regularização fundiária, à terra e ao território; à educação e consciência para o consumo; à legislação e à política sanitária; à economia solidária, à questão das perdas e desperdícios de alimentos; à agricultura urbana; ao monitoramento e à proposição de orçamento das políticas públicas (crédito para produção, Plano Safra, entre outros); e à questão da SAN em centros urbanos (incluindo o tema dos desertos alimentares). Trabalhará em estreita colaboração com a CP 2, CP 5 e CP 6.

Em termos de monitoramento do 2º Plansan, esta CP é responsável principalmente pelos Desafios:

3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica.

4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.

7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural.

Data	Principais atividades
10/04/2018	Participação no Painel em Defesa do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA na Câmara dos Deputados.
05/06/2018	Elaboração e aprovação, em conjunto com a CP1, da Recomendação nº 013/2018, ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), para que se manifeste favorável à adoção da Declaração de Direitos para Camponeses e Camponesas e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, a qual está em discussão no Conselho de Direitos Humanos da ONU.
20/06/2018	<p>Organização e realização, em conjunto com a CP2, da 7ª Plenária do Consea, que teve como tema “Regulação Sanitária para a Inclusão Produtiva”.</p> <p>Elaboração e aprovação, em conjunto com a CP2, da Exposição de Motivos 03/2018, que encaminha ao Presidente da República recomendações relativas ao tema “Regulação sanitária para inclusão produtiva na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional”, com os objetivos de identificar quais os principais entraves e bloqueios sanitários que têm impedido e/ou dificultado o acesso dos produtos da agricultura familiar, camponesa, de base artesanal e da sociobiodiversidade aos mercados e incidir sobre a agenda governamental para que sejam adotadas normas sanitárias mais justas, inclusivas e adequadas às dinâmicas de produção, circulação e consumo de alimentos resultados de uma enorme diversidade de saberes e fazeres tradicionais que expressam a riqueza cultural brasileira.</p>
07/08/2018	<p>Elaboração e aprovação, em conjunto com a CP2, da Recomendação nº 17/2018, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, para que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - os programas de monitoramento de alimentos, em especial os direcionados à avaliação da resistência aos antimicrobianos, dos resíduos de medicamentos veterinários e de contaminantes

	<p>sejam fortalecidos, com priorização de recursos para seu desenvolvimento, e</p> <p>- os dados resultantes destes programas, disponíveis no Sistema de Informação <i>Harpya/SGAWeb</i>, possam ser consultados pela sociedade civil.</p>
08/08/2018	<p>Elaboração e aprovação da Recomendação nº 18/2018 ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), recomendando a criação de uma câmara temática, vinculada ao Gabinete do Ministro, para tratar de temas e questões relativas às pequenas agroindústrias¹, com ampla participação social, inclusive deste Conselho.</p>
28/09/2018	<p>Reunião conjunta Consea, Cnapo e Condraf com a Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República para tratar dos desafios enfrentados pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater e pelos Núcleos de Estudos em Agroecologia – NEAs.</p>
Atividades contínuas / recorrentes:	<p>Participação nas tratativas de regulamentação da Lei 13.680, de 14 de junho de 2018, que altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal (Selo Arte).</p> <p>Participação das negociações para o pagamento dos passivos relativos serviços de assistência técnica e extensão rural já prestados por organizações e entidades da sociedade civil.</p> <p>Participação em Comitês Técnicos e / ou gerenciais da Caisan: Comitê Técnico de Regularização Sanitária para Compras Públicas da Agricultura Familiar; Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos; Comitê de Metodologia de Preços para Compras Públicas da Agricultura Familiar.</p> <p>Participação em outras instâncias externas: Grupo Consultivo do Comitê Gestor do Programa Nacional de Alimentação Escolar Condraf – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.</p>

Comissão Permanente 4 – Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA

Esta CP trabalha questões relacionadas ao tema do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o que envolve um amplo leque de aspectos, como a promoção, a garantia, a exigibilidade, o monitoramento, as violações, os retrocessos e as ameaças, entre outras. Em 2018 a CP 4 priorizou as seguintes atividades:

¹ Conforme diretrizes da Recomendação da Diretoria Colegiada (RDC) 49/2013, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

- I. Compreensão e apropriação do conceito do DHAA no Brasil para identificação e atuação sobre as diferentes formas de violações;
- II. Monitoramento e denúncias de medidas regulatórias (PEC, PLs, Leis e decisões judiciais, etc.) que violem o DHAA;
- III. Monitoramento do orçamento (executado e contingenciado) do Plansan para o controle social;
- IV. Articulação federativa e governamental para fortalecimento de cooperações que visem a garantia e exigibilidade do DHAA.

Em termos de monitoramento do 2º Plansan, esta CP é responsável principalmente pelos Desafios:

1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

2 - Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.

5 - Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.

7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural.

8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.

9 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.

Data	Principais atividades
22/04/2018	Recomendação 001/2018 à Câmara dos Deputados sobre a rejeição do PL 5.065/2016, bem como do PL 9.604/2018 que visam tirar a salvaguarda de não aplicação da Lei Antiterrorismo aos movimentos sociais.
20/06/2018	Recomendação 010/2018 à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) para que articule entre os órgãos de governo pertinentes para que as ações humanitárias e o provimento de alimentos e refeições aos imigrantes venezuelanos no país observem os princípios e as dimensões do Direito Humano à Alimentação Adequada, de modo a respeitar inclusive os hábitos alimentares e a cultura do povo venezuelano.
19/06/2018	Criação do GT sobre Austeridade e DHAA.
26/09/2018	A CP 4 atuou em pauta conjunta sobre situação dos imigrantes venezuelanos em Roraima com a CPCE, com vistas a entender a ação do governo federal junto às ações de cooperação internacional com a Venezuela na agenda da Segurança Alimentar e Nutricional bem como do Direito Humano à Alimentação Adequada. Foi apresentado o documento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e foram discutidos os marcos legais para a Exigibilidade do DHAA e as instâncias da exigibilidade tanto nacionais quanto internacionais. Constatou-se a necessidade de fortalecer algumas instâncias de exigibilidade, tais como ouvidorias e qualificar a relação entre a Ouvidoria e LAI (Lei de Acesso à Informação) enquanto mecanismos de exigibilidade.

Comissão Permanente 5 – Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população negra e povos e comunidades tradicionais

O escopo de análise e atuação desta CP 5 é a soberania, a segurança alimentar e nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada das populações negras e de povos e comunidades tradicionais (PCTs), focando as discussões nos temas relacionados aos direitos territoriais e patrimoniais, cultura alimentar e práticas alimentares tradicionais, políticas públicas e racismo institucional, biodiversidade, etnodesenvolvimento e inclusão produtiva. Também monitorará a tramitação de Projetos de Lei e de Emendas Constitucionais no âmbito do Poder Legislativo e dos processos judiciais junto ao Poder Judiciário de temas e questões afetos à CP. Outras políticas e planos governamentais relevantes para o trabalho da CP5 são:

- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana;
- Plano Nacional de Direitos Humanos;
- Plano Nacional de Promoção de Igualdade Racial;
- Plano Nacional de Segurança Pública;
- Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta;
- Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
- Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas;
- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
- Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Em termos de monitoramento do 2º Plansan, além dos aspectos dos demais desafios que tenham interface com as populações negras e os povos e comunidades tradicionais, esta CP será responsável principalmente pelos Desafios:

1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

2 - Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural, nas questões que são afetas às populações específicas e à população negra, no meio urbano e rural.

Data	Principais atividades
04/04/2018	Participação no GT do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs); Produção da Cartilha do CAR para PCT.
10/04/2018	Discussão sobre as violações do DHAA em Alcântara (MA).
20/06/2018	Recomendação nº 11/2018/CONSEA sobre Terras Quilombolas.
07/08/2018	Recomendação nº 19/2018/CONSEA sobre o Quilombo Mesquita. Reunião sobre SAN e as questões específicas para o território de Alcântara (MA). Subsídio para o debate no STF sobre o abate tradicional realizado pelos povos de Matriz Africana.

	Recomendação nº 016/2018/CONSEA sobre Chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural para Povos e Comunidades Tradicionais.
26/09/2018	Carta em Defesa do Decreto nº 6040/2007. Documento sobre entraves e propostas para aprimoramento da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) para Grupos Populacionais Específicos (ADA). Recomendação nº 22/2018/CONSEA para Embrapa.
27/11/2018	Discussão sobre os impactos da Portaria nº 523 de 24 de Agosto de 2018, que estabelece o prazo de validade de um ano para a DAP para PCTs.

Comissão Permanente 6 – Segurança alimentar e nutricional dos Povos Indígenas

A CP 6 tem por objetivo discutir, monitorar, avaliar e propor políticas públicas de soberania e segurança alimentar e nutricional a partir da perspectiva dos povos indígenas como sujeitos de direitos. O Direito Humano à Alimentação Adequada dos povos indígenas é indissociável do direito à terra e ao território.

Sua agenda temática abrange os direitos territoriais e patrimoniais, o conhecimento tradicional, o acesso à água, a alimentação escolar, a cultura alimentar, os programas de transferência de renda e de distribuição de alimentos, a gestão ambiental e territorial, a sustentabilidade, a produção de alimentos, o fomento e a assistência técnica especializada, a saúde indígena (ex: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Indígena – Sisvan Indígena), as violações de direitos indígenas, os impactos da mineração e das grandes obras de infraestrutura, entre outros. Além do monitoramento das ações do Poder Executivo, a CP 6 monitora no âmbito do Poder Legislativo a tramitação de Projetos de Lei e de Emendas Constitucionais afetos aos temas supracitados e os processos judiciais relacionados à regularização de terras indígenas junto ao Poder Judiciário. Esta CP trabalha em articulação com a CP 2, CP 3, CP 4 e CP 5 quando há pontos de pauta relacionados aos povos indígenas.

Em termos de monitoramento do 2º Plansan, além dos aspectos dos demais desafios que tenham interface com os povos indígenas, esta CP é responsável principalmente pelos Desafios:

- 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- 2 - Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.
- 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica.
- 6 - Controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação.

Data	Principais atividades
11/04/2018	Elaboração e aprovação da Recomendação nº 003/2018 ao Supremo Tribunal Federal para que adote os princípios utilizados no deferimento do pedido de suspensão da liminar de reintegração de posse das áreas de retomada de Guapo'y Guasu e Jeroky Guasu, no município de Caarapó do estado do Mato Grosso

	<p>do Sul, no bojo do Agravo de Instrumento nº 5005085-61.2017.4.03.000, no julgamento de liminares e ações possessórias de reintegração de posse da terra nas áreas de retomada e Terras Indígenas (TI) de Amambaípeguá, Apika'y, Guayviri, Margem do Córrego Ypuitá (TI Guyraroká), Itaguá, Ita Poty, Kurupi Santiago Kuê, Laranjeira Nhanderu, Nhamoi Guavirari, Nhum Verá, Oka'i, Panambi Lagoa Rica, Passo Piraju, Pindo Roky, Tajasu Yguá, Taquara, Tey'ikuê, Tey'jusu, Unati Poke'e Huvera e Yvu Verá dos povos indígenas Guarani e Kaiowá do cone sul do Mato Grosso do Sul a fim de garantir os direitos constitucionais indígenas sobre suas terras tradicionais.</p> <p>Elaboração e aprovação da Recomendação nº 006/2018 à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde para que garanta o acesso dos povos indígenas Guarani e Kaiowá, residentes em todas as áreas de retomada no cone sul do Mato Grosso do Sul, à água potável para uso em preparo dos alimentos e para beber, por meio de carros-pipa enquanto não for possível a instalação de poços artesianos e bombas d'água com fornecimento de energia elétrica para seu funcionamento e que descentralize recursos financeiros e orçamentários por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para a implantação de tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano para os povos Guarani e Kaiowá do cone sul do Mato Grosso do Sul.</p>
31/07 a 04/08/2018	Participação em oficina de capacitação realizada em Eirunepé (AM) entre os dias 31 de julho a 04 de agosto de 2018 promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com o objetivo de qualificar os serviços públicos oferecidos aos povos indígenas da região, disseminar informações sobre os direitos indígenas, combater o preconceito contra os povos indígenas.
07/08/2018	Participação no Grupo de Trabalho sobre a Ação de Distribuição de Alimentos para Grupos Populacionais Específicos (ADA) que resultou no encaminhamento de um documento com propostas para aprimoramento da ação ao Ministério do Desenvolvimento Social por meio do Ofício nº 217/2018/CONSEA, em 09/10/18.
26/09/2018	<p>Elaboração e aprovação da Recomendação nº 022/2018 à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para que fortaleça a organização de seus projetos com povos indígenas e povos e comunidades tradicionais no contexto da efetivação do Portfólio Construção e Intercâmbio de Conhecimentos para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (ConPCT's).</p> <p>Elaboração e aprovação da Recomendação nº 023/2018 ao Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária para que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - promova o fortalecimento dos órgãos indigenistas oficiais para que continuem realizando atendimento aos povos indígenas transfronteiriços sem prejuízo dos atendimentos já realizados aos povos indígenas brasileiros;

	<p>- promova uma ação interfederativa de curto e médio prazo para tratar das demandas de saúde, segurança alimentar e nutricional e seguridade social dos povos Warao e demais povos indígenas da região;</p> <p>- monitore o cumprimento da legislação de interiorização de imigrantes, respeitando as especificidades indígenas e a consulta prévia, livre e informada a respeito da transferência para outros estados brasileiros;</p> <p>- promova especial atenção ao aumento das violações de direitos de povos indígenas na região de fronteira entre Venezuela e Brasil.</p> <p>Elaboração e aprovação da Recomendação nº 024/2018 à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), no âmbito do Comitê Técnico de Povos e Comunidades Tradicionais, que promova em caráter de urgência a articulação intersetorial a fim de analisar e propor de medidas de curto, médio e longo prazo para superar a situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional do Povo Indígena Kanamari.</p>
06/12/2018	Participação na reunião do Comitê Técnico de Povos e Comunidades Tradicionais da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), cujos principais pontos de pauta são discussão sobre a ADA e sobre a situação do povo indígena Kanamari.

Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE)

A comissão de presidentes (as) de Conseas Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional é uma comissão instituída no âmbito do Consea como um mecanismo permanente de articulação Nacional com os Conseas Estaduais para a concretização do Sisan.

Esta comissão aborda os seguintes aspectos:

- O papel dos Conseas no controle social das políticas públicas (PAA, PNAE, acesso à terra, marco regulatório da sociedade civil e Planapo, entre outros) e a sua importância na garantia de espaços de construção do Sisan na perspectiva da efetivação de sistemas alimentares saudáveis pautados nos princípios da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e no Direito Humano à Alimentação Adequada;
- A participação dos Conseas no planejamento, elaboração e monitoramento do Plano Plurianual (PPA);
- A capacitação da sociedade civil, profissionais e gestões públicas sobre Sisan e da sua corresponsabilidade na construção no âmbito dos Estados;
- O financiamento público do Sisan;
- Acompanhar o processo de composição dos CONSEAs Estaduais, Municipais e Nacional.

Também em conformidade com o Regimento Interno do Consea, a CPCE tem como atribuições:

- Contribuir para a construção, implementação, monitoramento e avaliação do Sisan e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN nos estados;
- Fomentar a articulação entre os Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas ao intercâmbio de informações e experiências, bem como à realização de iniciativas conjuntas de âmbito regional e nacional;
- Debater temas nacionais relacionados à segurança alimentar e nutricional encaminhados à Comissão, e difundir-los no âmbito estadual;

<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a discussão, no âmbito do Consea, de questões e temas locais e regionais relevantes para a promoção da segurança alimentar e nutricional em âmbito nacional; • Contribuir para a formulação e implementação de projetos e iniciativas de segurança alimentar e nutricional nos estados e municípios; • Propor a elaboração de documentos e manifestações do Consea que abordem temas afetos aos estados e municípios. 	
Data	Principais atividades
10/04/2018	6ª Reunião da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais: debateu sobre a interiorização dos Venezuelanos e situação dos Convênios. Participação: Paineis em Defesa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional.
19/06/2018	7ª Reunião da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais: debate sobre Regulação Sanitária para inclusão produtiva na perspectiva da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Composição da coordenação da CPCE para período julho 2018 – julho 2019; Planejamento 2018: temas a serem discutidos e pautas do Sisan em articulação com CP1. Discutiu-se sobre acesso emergencial a alimentos e Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos (ADA) em conjunto com CP3, CP5 e CP6.
07/08/2018	8ª Reunião da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais: a Anvisa fez uma apresentação sobre a formação de comitês estaduais da PRAISSAN; Debate sobre Pobreza e Desigualdade: repercussões nos direitos humanos e na segurança alimentar e nutricional; reunião conjunta com CP 4 sobre a situação dos imigrantes venezuelanos em Roraima e participação do MDS.
25/09/2018	9ª Reunião da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais: Reunião Conjunta com CP 1 e CP 4 para discutir situação dos venezuelanos em Roraima; Debate em conjunto com a CP 1: formação, exigibilidade DHAA, relação público-privada, fortalecimento do SÍSAN nos municípios, financiamento.
27/11/2018	10ª Reunião da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais: debateu sobre a conjuntura política dos Estados após eleições; participação na elaboração do documento do Sisan; e escolha e participantes para compor a comissão de organização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Principais atividades da equipe de Comunicação Social:

- Elaboração do planejamento estratégico do Consea 2018;
- Elaboração do plano de comunicação do Consea 2018;
- Produção de 478 matérias postadas no site do Consea;
- Produção de 10 resenhas de livros sobre temas relacionados ao tema;
- Produção de 25 entrevistas postadas no site do Consea;
- Produção de 5 artigos postados no site do Consea;

- Produção de 3 artigos postados no Le Monde Diplomatique: Os brasileiros precisam saber o que comem? Por que uma crise de abastecimento em tão poucos dias? Não queremos nem podemos comer mais veneno!
- Produção de 364 posts no facebook no ano de 2018 sendo um total de 1657;
- Produção de 5 pautas fotográficas;
- Disponibilização de 1500 fotos do Consea na plataforma flickr no ano de 2018, sendo um total de 38.815 fotos;
- 24 vídeos (animações) de produção interna para facebook no ano de 2018, sendo um total de 107 vídeos;
- Participação no programa Agenda Economia;
- Participação no programa Jornal Globo News;
- Entrevistas para jornais de grande circulação;
- Mudança do site para nova plataforma plone;
- Produção de banners;
- Produção de faixa de mesa;
- Elaboração do novo informe do Consea;
- Envio de 10 informes do Consea – Destaque da Semana;
- Postagem de 8 vídeos no You Tube;
- Divulgação de 20 cursos a distância;
- Produção de 5 páginas com materiais de apoio para plenária;
- Mailing com 55.165 emails cadastrados;
- Catalogação de 640 livros/publicações;
- Tradução de 2 documentos.

Principais atividades da equipe de Assessoria Administrativa:

- Auxilia o conselho administrando os Recursos de Tecnologia da Informação; de Serviços Geral, Material e Patrimonial; de Orçamento e dos Sistemas de Gestão de Documentos, de Arquivo, de Gestão de Pessoal e de Diárias e Passagens, tendo como principais atividades:
- Multiplicação das normas internas juntamente à equipe;
- Planejamento do Calendário de eventos do Consea 2019;
- Planejamento e controle mensal de atividades;
- Controle documental;
- Formatação de minuta de documentos oficiais;
- Expedição de documentos e pacotes, fisicamente e via Correios;
- Controle orçamentário de diárias, passagens e contratações em eventos;
- Controle patrimonial de 204 bens do setor, conforme Inventário 2018;
- Requisição de material;
- Controle de férias;
- Controle da frequência mensal;
- Controle de vínculo funcional, requisição e desligamento de pessoal;
- Controle do arquivo físico;
- Classificação do arquivo físico, de 1992 até 2017, com transferência ao Arquivo Central da PR;
- Controle do arquivo eletrônico;
- Digitalização de documentação para arquivo eletrônico;
- Controle do TáxiGov;

- Agendamento de veículos;
- Emissão e prestação de contas de 462 processos de diárias e passagens; (a ser validado após 31/12/18)
- Formalização de cobrança de GRUs de exercícios vigentes e anteriores;
- Solicitações de reembolso de passagem terrestre e bagagem despachada;
- Desenvolvimento de banco de dados (em andamento com Ditec);
- Operacionalização dos sistemas SCDP, Sei, Sigep, Siads, Siatrans, Patrimônio, Agepat, PES, WTS, SIAPENET, SIAFI e Central de Serviços da PR;
- Encaminhamentos do correio eletrônico institucional;
- Central telefônica;
- Manutenção física;
- Planejar e executar a infraestrutura administrativa para os eventos internos e externos;
- Elaboração e controle de check-list de eventos;
- Controle da sala de reuniões;
- Convites oficiais e controle de confirmações;
- Reserva de espaços para eventos;
- Elaboração de cardápio e montagem de serviço de alimentação para 50-150 pessoas;
- Preparação do espaço para conselheiros em período de evento;
- Montagem de salas de reunião;
- Preparação de kits do participante e materiais impressos;
- Planejamento e controle de transporte para eventos externos;
- A partir de junho de 2018, contratação de serviços de eventos pelo contrato da PR;
- Credenciamento de participantes e controle de registro de presença.

Participação de conselheiras (os) e/ou assessores em eventos nacionais e internacionais

Quadro 2: Agenda de participação do CONSEA em missões nacionais e internacionais, reuniões, seminários, comitivas aos Estados e outros eventos em 2018.

Data	Local	Atividade	Organiz.	Participante(s)
29 e 30/01	Brasília - DF	Reunião Mesa Diretiva e Comissão Organizadora 5ª +2 CNSAN	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e Secretária do Consea
31/01 e 1º/02	Brasília - DF	Atividade formação facilitadores Encontro 5ª +2 CNSAN	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e Secretária do Consea

02/02	Brasília - DF	Reunião de organização da 5ª +2 CNSAN	Consea	Secretaria do Consea
08/02	Brasília - DF	Reunião de organização da 5ª +2 CNSAN	Consea	Secretaria do Consea
14/02	Brasília - DF	Reunião de organização da 5ª +2 CNSAN	Consea	Henrique e Secretaria do Consea
19 e 20/02	Recife - PE	Oficina de Planejamento P1+2 UGEs	ASA	Elisabetta Recine
21/02	Brasília - DF	XXXIV Reunião Ordinária do Pleno Executivo da CAISAN	CAISAN/MDS	Elisabetta Recine, Marília Leão e Mirlane Klimach
05/03	Brasília - DF	17º Encontro das Caisans	CAISAN/MDS	Edna Santos e Marília Leão
05/03	Brasília - DF	Reunião de Véspera da Mesa Diretiva e Comissão Organizadora 5ª +2 CNSAN	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e Secretaria do Consea
06 a 08/03	Hotel Nacional – Brasília - DF	Encontro Nacional 5ª +2 CNSAN	Consea	Conselheiras (os) da sociedade civil e governo, Secretaria do Consea e demais convidados.
13/03	Brasília - DF	Visita Técnica da Delegação Universidade de Columbia	PMA	Thais Rocha
13 a 17/03	Salvador - BA	Fórum Social Mundial	Movimentos Sociais	Elisabetta Recine
18 a 23/03	Brasília - DF	FAMA – 2018 – Fórum Alternativo Mundial da Água	FAMA	Sandra de Carlo, Franciscarlos Diniz
21/03	Brasília - DF	47ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES	CDES	Marília Leão
22 e 23/03	Brasília - DF	Reunião Mesa Diretiva	Consea	Assessoria Técnica e

				Conselheiros
27/03	Brasília - DF	Reunião do Comitê Técnico de Prevenção e Controle da Obesidade	CAISAN/MDS	Elisabetta Recine e Marília Leão
03/04 a 23/04	China	Seminário em Tecnologia de Inspeção da Segurança Alimentar dos Países Lusófonos de 2018	Embaixada da China no Brasil	Ekaterine Karageorgiadis
04/04	Brasília - DF	Reunião do Pleno Executivo da CAISAN	CAISAN/MDS	Elisabetta Recine e Marília Leão
04 e 05/04	Brasília - DF	4ª Reunião do GT CAR/PCT	CNPCT/MDS	Roberta de Sá
09/04	Brasília - DF	Reunião de Véspera da Mesa Diretiva	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e Secretária do Consea
10 e 11/04	Brasília - DF	6ª Reunião Plenária – 1ª Plenária de 2018	Consea	Conselheiras (os) da sociedade civil e do governo, Secretária do Consea e demais convidados.
12/04	Brasília - DF	I Reunião do Comitê Técnico de Regularização Sanitária para Compras Públicas da Agricultura Familiar	CAISAN/MDS	Carlos Alencastro e Teresa Corção
12/04	Brasília - DF	66ª Reunião Ordinária do Condraf	SEAD/CC	Elisabetta Recine
17/04	Brasília - DF	2ª Reunião do CT 11 da CAISAN - Obesidade	CAISAN/MDS	Elisabetta Recine
18/04	Brasília - DF	X Reunião do Comitê Técnico de Povos e Comunidades Tradicionais	CAISAN/MDS	Antonio Ricardo (Dourado), Mirlane Klimach e Roberta de Sá
18 a 21/04	Brasília - DF	25º CONBRAN	CFN	Elisabetta Recine, Pamela Leite e

				Conselheiros do Consea
23/04	Brasília - DF	Mensuração e Monitoramento da Cooperação Sul-Sul do Brasil	Oxfam	Luca Pisano e Thais Rocha
02 a 05/05	Salvador - BA	1ª Escola de Verão do Mecanismo das Universidades do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	CONSAN/CPLP	Ana Lúcia Pereira
03 e 04/05	Brasília - DF	I Encontro sobre as Redes de Ação sobre Guias Alimentares e sobre Redução de Sódio, no âmbito da Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição	MS	Rosane Nascimento
08 a 10/05	Brasília - DF	XV Encontro Nacional da Rede de Alimentação e Nutrição	CGAN-MS	Elisabetta Recine
15 e 16/05	Brasília - DF	Reunião Mesa Diretiva	Consea	Elisabetta Recine, Assessoria Técnica e Conselheiras (os)
18/05	Brasília - DF	II Reunião do Comitê Técnico de Regularização Sanitária para Compras Públicas da Agricultura Familiar	CAISAN/MDS	Juliana Dias
22/05	Brasília - DF	Reunião da Caisan para organizar os eventos durante a 45ª Reunião do Comitê de Segurança Alimentar da FAO	CAISAN/MDS	Marília Leão e Thais Rocha
22 a 25/05	Brasília - DF	I Seminário da Rede de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da América Latina (Rede SSAN América Latina)	MCTI	Elisabetta Recine
23/05	Brasília - DF	Audiência Pública para debater os impactos dos agrotóxicos nas cidades	Câmara dos Deputados	Luiz Dombek e Luca Pisano
23/05	Brasília - DF	XI Reunião do Comitê Técnico de Povos e Comunidades Tradicionais	CAISAN/MDS	Marília Leão e Antonio Ricardo (Dourado)
24/05	Brasília - DF	Audiência para discutir Censo Agropecuário de 2017	Comissão de Agricultura	Ana Maria e Luiz Dombek
24/05	Brasília - DF	Audiência com Chefe de Gabinete SEAD	Consea/CNAPO	Marília Leão

28/05	Brasília - DF	2ª Oficina sobre Mapeamento de Desertos Alimentares no Brasil	CAISAN/MDS	Roberta de Sá, Marília Leão e Elisabetta Recine
31/05 a 03/06	Belo Horizonte - MG	IV Encontro ANA	ANA	Anderson Amaro
04/06	Brasília - DF	Audiência com Ministro MDA	Consea/MDS	Elisabetta Recine
05/06	Brasília - DF	Audiência com Secretário da SEAD	Consea/CNAPO	Elisabetta Recine
06/06	Brasília - DF	Reunião do Pleno Executivo Caisan	SESAN/MDS	Elisabetta Recine e Marília Leão
07 e 08/06	Brasília - DF	18º Encontro das Caisans	CAISAN/MDS	Marília Leão e Edna Santos
11/06	Brasília - DF	Reunião Técnica Internacional de Avaliação Econômica em Saúde com Foco na Obesidade	CAISAN/MDS	Marília Leão e Pamella Leite
11 e 12/06	Brasília - DF	Reunião do Comitê de ATER	SEAD/CC	Marília Leão
18/06	Brasília - DF	Reunião de Véspera da Mesa Diretiva	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e Secretária do Consea
19 e 20/06	Brasília - DF	7ª Reunião Plenária	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os), Secretária do Consea e demais convidados
25/06	Brasília - DF	Visita do Diretor Regional da FAO para a América Latina e Caribe (Julio Bedergué)	Consea	Marília Leão e Thais Rocha
26/06	Brasília - DF	III Reunião do Comitê Técnico de Prevenção e Controle da Obesidade	CAISAN/MDS	Marília Leão e Pamella Leite
26/06	Brasília - DF	Lançamento de Novas Ações de Fortalecimento para a Safra 2018-2019	SEAD/CC	Marcos Rochinski, Luiz

				Dombek e Ana Maria
26 e 27/06	Brasília - DF	Reunião da Comissão Intersectorial de Alimentação e Nutrição - CIAN	CNS/MS	Elisabetta Recine
03/07	Brasília - DF	Audiência Pública sobre “Viabilidade econômica dos sistemas produtivos de base agroecológica e a segurança alimentar”	Câmara dos Deputados	Lucas Prates
03 e 04/07	Brasília - DF	Reunião Mesa Diretiva	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e Secretaria do Consea
20/07	Araraquara - SP	11º Aniversário do Banco Municipal de Alimentos da Prefeitura de Araraquara - SP	Prefeitura Municipal de Araraquara - SP	Edgard de Moura
23 a 25/07	Brasília - DF	Encontro Nacional em Brasília – GTA Quilombola	MMA	Elisabetta Recine e Roberta de Sá
25 e 26/07	Brasília - DF	67ª Reunião Ordinária do Condraf	SEAD/CC	Ana Maria
24 e 29/07	Rio de Janeiro - RJ	Congresso da Abrasco	ABRASCO/URJ	Elisabetta Recine e Conselheiros
27/07	Brasília - DF	Reunião de discussão sobre Metodologias de Preços dos Programas de Compras Públicas	CAISAN/MDS	Ana Maria
1º/08	Brasília - DF	Reunião do Pleno Executivo CAISAN	CAISAN/MDS	Elisabetta Recine e Marília Leão
1º a 03/08	Brasília - DF	Oficina “Projeto de Abordagem para a Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesse em Nutrição”	OPAS/OMS	Irio Conti, Jean, Elisabetta Recine, Marília Leão e Edna Santos
02 e 03/08	Brasília - DF	IV Reunião do Comitê Gestor da Rede Brasileira de Banco de Alimentos	CAISAN/MDS	Ana Maria
06/08	Brasília - DF	Reunião de Véspera da Mesa Diretiva	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e Secretaria do Consea
07 e 08/08	Brasília - DF	8ª Reunião Plenária	Consea	Elisabetta Recine,

				Conselheiras (os), Secretaria do Consea e demais convidados
09 e 10/08	Brasília - DF	I Reunião do Comitê Gestor e da Oficina de Trabalho sobre Causas e Quantificação de Perdas e Desperdícios de Alimentos no Brasil	CAISAN/MDS	Carlos Alencastro e Teresa Corção
09/08	Brasília - DF	Audiência Pública sobre “o marco conceitual dos Povos Tradicionais de Matriz Africana”	CDHM - CD	Elisabetta Recine, Daniel Garcia e Roberta de Sá
14/08	Brasília - DF	I Reunião do Comitê Técnico de Preços das Compras Públicas da Agricultura Familiar	CAISAN/MDS	Ana Maria
14/08	Brasília - DF	Reunião do Comitê Técnico de Prevenção e Controle da Obesidade	CAISAN/MDS	Elisabetta Recine
18/08	Campos dos Goytacazes - RJ	V Evento Cultural Quilombola	QUIPEA - RJ	Teresa Corção
20/08	Brasília - DF	Mesa Diretiva por Skype	Consea	Equipe de assessoria técnica e conselheiros (as)
20 a 23/08	Brasília - DF	21ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO	CNAPO	Ana Maria
21/08	Brasília - DF	II Reunião do Comitê Técnico de Preços das Compras Públicas da Agricultura Familiar	CAISAN/MDS	Ana Maria
23/08	Brasília - DF	Oficina: futuro da política de segurança alimentar no Brasil	IPEA	Elisabetta Recine
27/08	Brasília - DF	Visita de estudos de Serra Leoa e Senegal ao Brasil	PMA	Marcos Rochinski
28 e 29/08	Brasília - DF	Reunião Mesa Diretiva	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e Secretaria do Consea
29 e 30/08	Chile	Oficina Cooperação - FAO	FAO	Elisabetta Recine
11/09	Brasília - DF	Reunião Técnica sobre o uso de Agroquímicos	FAO	Elisabetta Recine
12/09	Brasília - DF	Reunião do Pleno Executivo Caisan	CAISAN/MDS	Elisabetta Recine e Marília Leão
13/09	Brasília - DF	Reunião Mesa Diretiva por Skype	Consea	Marília Leão e Assessoria técnica
17 a 21/09	Porto Alegre - RS	III Conferência Internacional Agricultura e Alimentação em Sociedades Urbanizadas	UFGRS	Marília Leão, Roberta de Sá e Elisabetta Recine
24/09	Brasília - DF	Reunião de Véspera da Mesa Diretiva	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e

				Secretaria do Consea
25 e 26/09	Brasília - DF	9ª Reunião Plenária	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os), Secretária do Consea e demais convidados
03/10	Brasília - DF	Reunião com representantes de Conselhos Nacionais	Consea	Edna Santos, Thais Rocha e Marília Leão
04/10	Brasília - DF	Reunião Agenda Legislativa	Consea	Marília Leão, Edna Santos, Thais Rocha, Amanda Barbosa e Gabriel Soyer
10/10	Brasília - DF	Reunião com Diretor da ABC	ABC	Marília Leão
10/10	Brasília - DF	Reunião Mesa Diretiva por Skype	Consea	Conselheiras (os) e Assessoria técnica
10/10	Brasília - DF	5ª Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto Biodiversidade para Alimentação e Nutrição (Projeto BFN)	MMA	Roberta de Sá
15 a 20/10	Roma - Itália	45ª Sessão do Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA)	FAO	Elisabetta Recine
16/10	Natal - RN	Dia Mundial da Alimentação	UFRN	Valéria Burity
16/10	Brasília - DF	Reunião do CT Prevenção e Controle da Obesidade	CAISAN/MDS	Elisabetta Recine
17/10	Salvador - BA	Judicialização das políticas públicas de alimentação e nutrição e a violação do DHANA	CRN-5	Ekaterine Karageorgiadis
17/10	Brasília - DF	Dia Mundial da Alimentação	FAO	Marília Leão
18/10	Brasília - DF	Prêmio CAE de Participação Social	CAE	Sônia Salviano
30/10	Brasília - DF	Reunião Grupo Consultivo e Comitê Gestor do PNAE	FNDE	Marcos Rochinski
30 e 31/10	Brasília - DF	Reunião Mesa Diretiva	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e Secretária do Consea
1º/11	Brasília - DF	Reunião com Secretário Luiz Rangel (Reg. SAN)	CONSEA/CAISAN	Marília Leão e Patrícia Gentil
1º/11	Brasília - DF	Proposta de e-mail para instituições brasileiras	ABC	Mirlane Klimach

05 e 06/11	Brasília - DF	I Encontro Regional da Rede de Ação sobre Governança em Segurança Alimentar e Nutricional e Compras Públicas da Agricultura Familiar	CAISAN/MDS	Marília Leão e Ana Maria
06/11	Brasília - DF	Seminário Nacional sobre a importância de uma Política Nacional de Redução de Agrotóxicos	Comissão de Redução de Agrotóxicos	Luiz Dombek e Gabriel Soyer
08 e 09/11	Brasília - DF	Reunião Mesa Diretiva	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e Secretária do Consea
12 a 14/11	Rio de Janeiro - RJ	8ª Encontro do FBSSAN	FBSSAN	Marília Leão e Conselheiros
12 a 18/11	Guatemala	Oficina de Trabalho para troca de experiências com a instância de consulta e participação social	FAO - Chile	Mirlane Klimach e Irio Conti
13/11	Brasília - DF	Reunião do Comitê Técnico de Prevenção e Controle da Obesidade	CAISAN/MDS	Roberta de Sá
15/11	São Paulo - SP	Campanha agrotóxicos	Campanha agrotóxicos	Elisabetta Recine
21/11	Brasília - DF	Reunião do Pleno Executivo Caisan	CAISAN/MDS	Marília Leão e Elisabetta Recine
22/11	Brasília - DF	4ª Reunião GT SUAS e SISAN	CAISAN/MDS	Jean Pierre
26/11	Brasília - DF	Reunião de Véspera da Mesa Diretiva	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os) e Secretária do Consea
27 e 28/11	Brasília - DF	10ª Reunião Plenária	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os), Secretária do Consea e demais convidados
29/11	Brasília - DF	Oficina Normas Sanitárias aplicadas à Lei de Produtos Artesanais para Alimentos de Origem Animal (Lei nº 13.680/2018)	ISPN	Ana Maria
29/11	Brasília - DF	19º Encontro das Caisans	CAISAN/MDS	Elisabetta Recine, Marília Leão, Thais Rocha, Edna Santos, Luiz Dombek, Sandra de Carlo e Amanda Barbosa
06/12	Brasília - DF	Reunião do Comitê Técnico de Povos e Comunidades Tradicionais	CAISAN/MDS	Mirlane Klimach, Antonio Ricardo (Dourado) e Edgard de Moura

10/12	Brasília - DF	III Reunião do Comitê Técnico de Regularização Sanitária para Compras Públicas da Agricultura Familiar	CAISAN/MDS	Ana Maria
11/12	Brasília - DF	Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família	Câmara dos Deputados	Ana Paula Bortoletto
11 e 12/12	Brasília - DF	Reunião Mesa Diretiva e Comissão Organizadora da 6ª CNSAN	Consea	Elisabetta Recine, Conselheiras (os), Secretária do Consea e Comissão Organizadora da 6ª CNSAN
12 a 14/12	Rio de Janeiro - RJ	Seminário Internacional sobre Inquéritos em Saúde	IBGE	Marília Leão

No total foram realizadas:

- 1 Encontro Nacional 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional + 2 anos (março de 2018), com um total aproximado de 360 participantes
- 05 Reuniões Plenárias Ordinárias, que aprovaram 03 Exposições de Motivos e 24 Recomendações a órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, com um total aproximado de 150 participantes em cada, entre conselheiros, governo, convidados e observadores. O Consea financia apenas as passagens/diárias dos (as) conselheiros(as) da sociedade civil e convidados(as).
- 12 reuniões da Mesa Diretiva
- 05 reuniões das 06 Comissões Permanentes temáticas, totalizando 30 reuniões das Comissões Permanentes
- 05 reuniões da Comissão de Presidentes de CONSEAs Estaduais
- 85 participações em eventos nacionais
- 09 participações em eventos internacionais
- 04 reuniões de Grupos de Trabalho (GT)
- 1 oficina de Planejamento da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para 2019.

Orçamento 2018

O Consea utilizou, em 2018, exclusivamente, recursos oriundos do Tesouro Nacional, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Unidade 20101 – Presidência da República, Programa 2101 – Programa de Gestão e manutenção da Presidência da República, Programática 10.20101.04.122.2101.216X - Funcionamento dos Conselhos e Comissões da Presidência da República, Ação 216X-PO0003, Funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, administrados pela Secretaria de Administração da Presidência da República.

Viabilizando a realização do “Encontro Nacional 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional + 2 anos”, a Secretaria de Administração da Presidência da República firmou o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 12/2017/MDS com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para recebimento da Nota de Crédito 2017NCOOO073, no valor de R\$ 478.000,00 (quatrocentos e setenta e oito mil reais), sendo utilizado R\$ 449.171,61 (quatrocentos e quarenta e nove mil cento e setenta e um reais e sessenta e um centavos) e devolvido ao MDS, por meio da Nota de Crédito de Devolução 2018PFOOO099, o valor de R\$ R\$ 28.828,39 (vinte e oito mil oitocentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos).

O orçamento total aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) ao Consea para 2018 foi de R\$ 1.339.913,00 (Um milhão trezentos e trinta e nove mil novecentos e treze reais). Conforme informado pela Secretaria de Administração da Presidência da República, por meio do Ofício nº 45/2018/SA-PR, o limite de empenho autorizado pelo Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018 foi de R\$ 1.138.926,00 (Hum milhão cento e trinta e oito novecentos e vinte e seis reais).

Do limite de movimentação e empenho para esta Unidade no exercício de 2018 foi efetivamente gasto (liquidado), até 31/12/2018, o montante de R\$1.028.441,42, valores que serão validados após 31/12/2018 quando se fizer o fechamento das contas do exercício de 2018. Os recursos do CONSEA são essencialmente destinados à realização das reuniões plenárias ordinárias, sobretudo com deslocamento (passagens e diárias) dos seus as (os) conselheiras (os) e convidadas (os) da sociedade civil.

Tabela 1: Resumo da execução orçamentária do CONSEA - até 28/12/2018*

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONSEA - 2018	
TED 5ª+2 – MDS	
(A) TED**	R\$ 478.000,00
(B) DESPESA	R\$ 449.171,61
(A-B) SALDO (devolvido ao MDS)	R\$ 28.828,39
EVENTOS	
CONTRATO UNA / PR	R\$ 63.716,44
DESPESAS EVENTOS	R\$ 63.716,44
PUBLICAÇÕES	
DIAGRAMAÇÃO/IMPRESSÃO	R\$ 70.679,88
DESPESAS PUBLICAÇÕES	R\$ 70.679,88
SCDP (passagens e diárias)	
DIARIAS	R\$ 261.246,39
PASSAGENS	R\$ 628.575,10
RESTITUIÇÕES	R\$ 4.223,61
DESPESAS SCDP	R\$ 894.045,10
TOTAL	R\$ 1.028.441,42
CONSOLIDAÇÃO 2018	
(A) LOA 2018	R\$ 1.339.913,00
(B) DESPESAS	R\$ 1.028.441,42
(A-B) SALDO LOA	R\$ 311.471,58
(C) LIMITE DE EMPENHO	R\$ 1.138.926,00
(B) DESPESAS	R\$ 1.028.441,42
(C-B) SALDO LIMITE	R\$ 110.484,58

* valores a serem validados após 31/12/2018.

**recursos transferidos pelo MDS para realização da 5ª CNSAN + 2 anos

Com a publicação deste relatório o CONSEA cumpre sua atribuição de conferir transparência às suas atividades e prestar contas dos recursos públicos utilizados ao governo e à sociedade em geral. Todas as informações prestadas neste relatório podem ser conferidas nos arquivos do CONSEA.

Brasília, 27 de dezembro de 2018.

Marília M. Leão
Secretária Executiva



CAISAN

C NSEA

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

